SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE AÇÕES AFIRMATIVAS, DIVERSIDADE E EQUIDADE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSU* EM DOCÊNCIA E GESTÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR INTERCULTURAL INDÍGENA

Marabá - Pará
2018

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

1. **NOME DO CURSO:** Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência e Gestão em Educação Escolar Intercultural Indígena
2. **ÁREA DO CONHECIMENTO:** Educação
3. **FORMA DE OFERTA:** Curso presencial intensivo
4. **JUSTIFICATIVAS DO CURSO:**

Awaete é a autodenominação do grupo conhecido pela sociedade não indígena como Parakanã. Esse povo vive hoje em duas Terras Indígenas (T.I.) no estado do Pará: a T.I. *Apyterewa* na região xinguana, e a T.I. Parakanã, na região tocantínia. Nesta última, atualmente vive uma população de cerca de 1.245 *Awaete* organizados em 18 aldeias, 14 delas jurisdicionadas ao município de Novo Repartimento e 04 jurisdicionadas ao município de Itupiranga. Os *Awaete* são falantes da língua por eles autodenominada *Awaete* xe'eng. Segundo a classificação genética de Rodrigues (1986) essa é uma língua Tupi que pertence ao subconjunto IV da família Tupi-Guarani, no qual também estão classificadas as línguas Suruí-Aikewara, Tapirapé, Tembé (Tenetehara), Avá (Canoeiro), Asurini do Tocantins (Akuáwa) e Guajajara (Tenetehara) (RODRIGUES, 1986).

O território dos *Awaete* foi drasticamente modificado no processo de ocupação da região, em especial com o projeto implantado pelo Estado brasileiro de exploração econômica no sudeste do Pará no contexto de um projeto maior de integração econômica e geopolítica da região amazônica colocado em curso durante a ditadura militar nos anos de 1964-1984 (FAUSTO, 2001). Dentre os projetos que impactaram diretamente o sudeste paraense está a abertura da rodovia Transamazônica, a implantação de projetos de mineração e a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Esses empreendimentos transformaram a paisagem social e ambiental da região, trazendo levas de migrantes e provocando uma profunda devastação da floresta densa que havia na área.

No ano de 1987, como forma de mitigar os impactos sofridos pelos *Awaete* da T.I. Parakanã, foi criado o Programa Parakanã (PROPKN) firmado por meio de convênio entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) entrais e ELETRONORTE.

Esta última responsável pela Hidrelétrica de Tucuruí. O PROPKN assumiu o atendimento ao povo *Awaete* da T.I. PArakanã , desenvolvendo entre eles atividades indigenistas com projetos próprios de atendimento à saúde, educação e etnodesenvolvimento, além da gestão territorial.

Os *Awaete* têm escolas nas suas aldeias desde os anos 1980, quando as escolas indígenas eram assumidas pela FUNAI. Posteriormente, no fim dos anos 1990, a educação escolar *Awaete* passou a ser gerida pelo subprograma de Educação do PROPKN. Durante essa gestão foi elaborado material didático específico para a alfabetização em *Awaete xe'eng,* a partir de estudo da realidade sociolinguística do povo. A escola funcionava na aldeia com professores não indígenas contratados pelo PROPKN, segundo as temporalidades dos *Awaete* e sem interferir na dinâmica social desse povo.

Os *Awaete*, porém, demandaram qualificação para eles mesmos assumirem as suas escolas e solicitaram a mudança do subprograma de educação do PROPKN para a inserção no sistema nacional, passando a ser atendidos pela SEMED-Novo Repartimento desde o ano de 2015 quando esvaziaram as escolas das aldeias, ainda geridas pelo PROPKN, e matricularam-se nas escolas rurais de vilas próximas a suas aldeias. Nos anos de 2015 a 2017 os *Awaete* procuraram finalizar o ensino fundamental e médio nessas escolas onde, contudo, os professores não tinham formação para atuar com falantes monolíngues em *Awaete xe'eng*, no caso das crianças *Awaete* que estudavam os anos iniciais do ensino fundamental; e bilíngues, situação dos estudantes jovens e adultos.

A demanda por cursos de formação continuada para professores e técnicos de Secretarias Municipais de Educação que atuam na educação escolar do povo Parakanã-*Awaete* foi formalmente apresentada à UNIFESSPA no segundo semestre do ano de 2017, durante a realização da Conferência local de Educação Escolar indígena realizada na T.I. Parakanã, no centro de Formação *Taxaokokwera*, em preparação para a II Conferência Nacional de Educação Escolar indígena que seria realizada no fim daquele ano. Na ocasião as lideranças *Awaete* e equipe

técnica da SEMED-Novo Repartimento colocaram como demanda para implementação da educação escolar indígena no município a necessidade de qualificar os professores *Awaete*, os professores não indígenas e a equipe técnica daquela secretaria com vistas a construírem uma proposta específica de educação escolar *Awaete* que atendesse aos interesses daquele povo indígena e as orientações legais sobre a oferta da educação escolar indígena no Brasil.

Após a citada conferência tanto a SEMED-Novo Repartimento quanto o Programa Parakanã encaminharam ofícios à UNIFESSPA (Cf. anexo) solicitando que a universidade construísse propostas de formação continuada de cursos *latu sensu* e de extensão de modo a qualificar os profissionais que a partir do ano de 2018 atuariam nas escolas *Awaete* já inseridas no sistema municipal de ensino de Novo Repartimento.

Essa demanda coloca para a UNIFESSPA o desafio de realizar uma formação de professores pautada nos princípios da educação escolar indígena, isto é, uma formação que possibilite aos professores indígenas e as equipes técnicas das SEMED's construírem propostas curriculares específicas para cada povo indígena, considerando os princípios da interculturalidade e da educação bilíngue, conforme o que orienta a Resolução nº 05/2012, do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, que definiu as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, oferecida em instituições próprias", como se lê no Artigo 15 dessa resolução:

> § 1º -Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Indígena, em uma perspectiva intercultural, devem ser construídos a partir dos valores e interesses etnopolíticos das comunidades indígenas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos.

Em 2017 a SEMED-Novo Repartimento tinha 495 estudantes *Awaete* matriculados nas escolas rurais do município, cursando o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos. Em 2018, com a criação das 14 escolas *Awaete* nas

aldeias, foram contratados 56 professores, com diferentes níveis de formação, para assumirem as salas de aula nas 14 escolas *Awaete*. Na tabela 01 temos as informações sobre o nível de escolaridade dos docentes que atuam nas escolas *Awaete*:

Tabela 01: Formação dos professores que atuam nas escolas *Awaete* no município de Novo Repartimento/2018

Nível de Formação	**Nº *Awaete***	**Nº não indígenas**	**%**
Ensino Superior Completo	----	17	30
Ensino Superior Incompleto	----	6	11
Ensino Médio Incompleto	03	----------	5,5
Ensino Médio Completo	-------	03	5,5
Ensino Fundamental completo	27		48
Total	30	26	100

Fonte: SEMED-Novo Repartimento/2018

Os dados da tabela 01 sobre os níveis de formação dos professores que atuam nas escolas *Awaete* demonstram a necessidade de realização de cursos *Latu Sensu* que possibilitem a esses docentes assumirem a construção de uma proposta específica de educação escolar *Awaete*.

As discussões sobre educação escolar na perspectiva da formação continuada de professores têm mostrado a complexidade dessa tarefa, bem como a necessidade de envolvimentos de instituições de ensino superior para as ações de qualificação de professores da educação básica. “Não é diferente com a educação escolar indígena, considerada em relação às demais modalidades de ensino por suas similitudes, mas, sobretudo, por suas especificidades. Ela só faz sentido se puder ser concretizada através de investimentos maciços na formação de recursos humanos” (RCNEI, 1998, p.74).

Sobre a formação específica de professores para a educação escolar indígena, a Resolução nº 003/1999, no artigo 6º, assegura que deverá ser específica, o que significa que deve ser planejada e executada a partir das competências dos conhecimentos, valores, habilidades, línguas e métodos de ensino-aprendizagem dos povos indígenas, no sentido de promover a elaboração

do Projeto Político Pedagógico, currículo e programas de ensino pelos próprios professores indígenas, de acordo com as especificidades das comunidades indígenas, sendo garantida a formação dos professores indígenas em serviço.

O Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI) reúne fundamentos históricos, políticos, legais e antropológicos para orientar a elaboração de propostas de educação escolar e currículos nas escolas indígenas a partir dos seguintes princípios norteadores: (a) Multietnicidade, a pluralidade e a diversidade: que reconhece a grande diversidade de grupos étnicos, sistemas socioculturais próprios e distintos; (b) Educação e conhecimentos indígenas: implica em pensar a escola indígena a partir da ciência dos povos, dos complexos sistemas sociais, políticos, religiosos, econômicos e jurídicos de tais sociedades; (c) Autodeterminação em contraposição aos quadros de submissão, ou seja, a educação escolar determinada pelos povos indígenas, de acordo com as especificidades e determinações das comunidades que a decidem e a gerenciam de acordo com seus propósitos. (d) Comunidade Educativa Indígena é o local de ensino-aprendizagem, porque a educação não acontece somente "em quatro paredes", se dá nos rituais, no plantio, na colheita, nas festas, enfim, em todos os momentos da vida do grupo, por isso, tais conhecimentos devem estar integrados aos mecanismos próprios da educação tradicional.

Nesse sentido, a formação de professores para atuar nas escolas *Awaete* deve congregar as ciências das sociedades indígenas e os novos conhecimentos demandados pelos povos, observando a demanda das sociedades indígenas pela construção de escolas que respeitem em seus processos o pressuposto da Educação Escolar Indígena ser: (1) Comunitária "porque conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios..." tanto no que se refere à questão administrativa, quanto pedagógica (MEC, 2002, p.24); (2) Intercultural: porque deve promover a valorização da diversidade cultural e linguística dos povos indígenas, histórias e experiências socioculturais, no entendimento de que as culturas são diferentes e não superiores

ou inferiores, estabelecendo diálogos construtivos com as diversas fontes de conhecimento. (3) Bilíngue/multilíngue porque todos os conhecimentos socioculturais, políticos, religiosos, são acumulados e transmitidos por meio de mais de uma língua, nesse sentido a valorização e a continuidade das línguas maternas é fundamental, associada à apropriação gradativa das múltiplas linguagens demandadas pelas comunidades como ferramenta de defesa de direitos e autodeterminação. (4) Específica e diferenciada: porque a escola deve ser concebida e planejada de acordo com as aspirações de cada povo indígena, o que significa autonomia para determinação de todos os aspectos relacionadas à educação escolarizada, ou seja, as escolas indígenas serão tão diversas quanto os povos o são.

É mister mencionar que a realização de cursos de *Pós-graduação latu e Strictu sensu* que tratem da temática da educação escolar indígena, intercultural e bilíngue é uma demanda em todo o estado do Pará, uma vez que

> [...] no estado do Pará a maioria dos docentes que atuam nas aldeias são não-indígenas, em geral, não capacitados a trabalhar com especificidades da educação escolar indígena, não há na SEDUC e nas secretarias municipais de educação processo de seleção que contemple minimamente as necessidades das escolas indígenas (FERNANDES, 2017, p.).

Além disso, essa demanda foi apresentada, ao longo de todo o ano de 2017 pelas 12 comunidades indígenas do Sudeste do Pará, em suas conferências locais de educação escolar indígena (Cf. ALENCAR, 2018). Nessas conferências as comunidades indígenas destacaram o desconhecimento dos profissionais que atuam nas escolas das aldeias sobre os princípios da Educação Escolar Indígena: bilinguismo, interculturalidade e educação comunitária.

5. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

De acordo com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2015), a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) foi a segunda universidade pública criada no interior do estado do Pará. Sua criação e implantação visa, dentre outros objetivos, o estudo dos principais cenários e tendências para o Sul e Sudeste Paraense e demais municípios da área de influência da nova universidade, bem como discorre sobre os desafios da nova instituição. (PDI, 2015, p. 24).

A expansão da UNIFESSPA permitiu intensificar a relação entre as ações específicas da universidade e os desafios sociais e econômicos impostos no recorte do sul e sudeste do Pará, principalmente no que que diz respeito ao processo de formação de qualificação profissional nas diversas áreas do saber. A pluralidade das sociedades e territórios que integram a região de abrangência é parte constituinte da missão institucional da UNIFESSPA: “o desafio de ofertar cursos que possam corresponder à missão da Instituição na direção de produzir, sistematizar e difundir conhecimento filosófico e tecnológico para expandir a formação competente de profissionais na melhoria da qualidade de vida (PDI, 2015, p. 27)".

Dentre as atividades afins que alinham aos propósitos institucionais podemos ressaltar a Licenciatura em Educação do Campo, iniciativa educacional voltada não somente para atender a formação dos povos do campo nos fundamentos da vida acadêmica, mas principalmente pela valorização dos saberes nascidos de experiências comunitárias. No âmbito da Pós-Graduação, o Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia desenvolve projetos voltados para refletir sobre impactos ambientais causados por empreendimentos públicos e privados, cursos de extensão abertos para a comunidade sobre o tema das relações étnico-raciais e diversidade sexual.

Nesse sentido, a demanda apresentada pela SEMED-Novo Repartimento acerca da criação de um curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Docência e Gestão em Educação Escolar Intercultural Indígena se coaduna com a missão institucional

da UNIFESSPA, promove a presença e inserção dos povos indígenas e principalmente contribui para o fortalecimento da soberania territorial e cultural de sociedades indígenas.

6. OBJETIVOS DO CURSO:

6.1 OBJETIVO GERAL:

- ✔ Possibilitar aos profissionais que atuam na educação escolar *Awaete*-Parakanã, professores e técnicos da SEMED do Município de Novo Repartimento, processos de reflexão sobre as dimensões históricas, político-epistemológicas e teórico-metodológicas necessárias à construção de um projeto de Educação Escolar Intercultural e Bilíngue que atenda aos anseios e atuais desafios enfrentados pelo povo *Awaete*-Parakanã.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✔ Conhecer a história dos povos indígenas e a constituição do Estado brasileiro, com foco nas comunidades indígenas do sudeste do Pará.
- ✔ Problematizar as políticas indigenistas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, com foco nas políticas educacionais.
- ✔ Refletir sobre a pluralidade dos conceitos de interculturalidade e educação bilíngue, atentando para as orientações ético-políticas relacionadas a cada perspectiva e os consequentes resultados nas práticas educativas realizadas nas escolas indígenas.
- ✔ Compreender a pesquisa como princípio educativo e orientador da organização e funcionamento da educação escolar indígena, tendo em vista a construção de uma educação escolar *Awaete*-Parakanã comunitária, específica, bilíngue e intercultural.

7. PÚBLICO ALVO:

O curso de especialização destina-se exclusivamente aos docentes em efetivo exercício nas escolas *Awaete* sob a jurisdição da Prefeitura de Novo Repartimento e Técnicos da Secretaria Municipal de Educação daquele município, com graduação em qualquer Licenciatura

8. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA:

A demanda por uma Educação Escolar Indígena que garanta autonomia aos *Awaete* e que seja orientada pela singularidade sociocultural do grupo é o fundamento do presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) *Latu Sensu "*Docência e Gestão da Educação Escolar Indígena".

Torna-se relevante percorrer brevemente uma caracterização do povo em questão, a partir de informações etnológicas encontradas na literatura especializada com vistas a evidenciar aspectos históricos, políticos e culturais que perpassam a elaboração do presente projeto. Posteriormente, é feito, também de forma breve, uma discussão das políticas voltadas para educação escolar indígena no país.

Enfatiza-se que as informações sobre história, língua e aspectos culturais construídos do ponto de vista das ciências ocidentais devem se somar no decorrer do curso àqueles que os próprios *Awaete* têm a oferecer. Nesse sentido, figuram aqui como um ponto inicial para o diálogo que deve embasar o processo de construção da Escola *Awaete*.

No que concerne à história de longa duração dos *Awaete,* sabe-se que compunham um conjunto de grupos tupi-guarani que habitavam a região do interflúvio Xingu-Tocantins. Embora a intensa de população da área tocantínia nos primeiros séculos de ocupação colonial (séc. XVI-XVIII), quando os nativos da região foram vítimas, sobretudo, de captura para o trabalho forçado e vítimas de epidemias, os *Awaete* e outros grupos, como os *Akwawa-Asurini* (do Trocará), permaneceram isolados das margens do rio Tocantins, habitando a floresta (SILVA 2017). É no final do século XIX e começo do séc. XX que novas atividades econômicas, em especial a extração do látex, geram uma pressão sobre os povos que viviam nas áreas interiores, promovendo um início de ocupação da floresta, convertida agora em fonte de recursos econômicos para os não-índios. Data desse período as trocas e o contato mais frequente entre os *Awaete* com os não-índios nessa área, sobretudo, nas margens e afluentes do Tocantins.

Paralelamente, um processo interno de transformações sociais também ocorre entre os *Awaete*, como reflete Carlos Fausto (2001). Este autor faz notar, a partir de reconstrução histórica baseada tanto nos relatos dos *Awaete* quanto na documentação encontrada, que um processo de fissão interna dá origem a dois blocos populacionais *Awaete*, que se distinguem nesse período pela configuração social adotada e em suas estratégias de relação com o mundo exterior.

Um grupo, que ficou conhecido como os Parakanã Ocidentais, adotou táticas de deslocamento mais intenso pelo território, gerando confrontos guerreiros com outros grupos indígenas da região e maior contato com os colonos da área. Parte desse grupo é aquele que posteriormente migrou e se estabeleceu na bacia do rio Xingu e outra parte vive na T.I. Parakanã, organizados em sete aldeias, a maior parte delas na parte da T.I. jurisdicionada ao município de Itupiranga. Os Parakanã Orientais tomaram um sentido oposto, se fechando e se sedentarizando na bacia do Tocantins, nos seus afluentes próximos a antiga cidade de Alcobaça, hoje Tucuruí. Os dois grupos foram contatados oficialmente pelo Estado brasileiro em momentos distintos, já na nas décadas de 1970 e 1980, na esteira da abertura da Transamazônica. Anos mais tarde foram demarcadas duas Terras Indígenas contemplando parte de seus territórios, a TI Apyterewa na região xinguana e a TI Parakanã na área tocantínia.

No processo de contato com a sociedade nacional ambos os grupos sofreram enorme impacto, com muitas mortes e consequente desorganização social. Ainda tiveram seus territórios reduzidos e mesmo hoje sofrem com o assédio às áreas que ocupam. Contudo, o grupo conseguiu restituir sua força e voltou a retomar a reprodução social, agora em novo contexto social de contato com as populações que afluíram para a região onde viviam. As informações recentes[1] confirmam uma população na casa dos 1.600 indivíduos, sendo 1.245

[1] Dados para 2014, informados pela SESAI e Projeto Parakanã, conforme o site: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Parakan%C3%A3

deles habitantes da T.I. Parakanã. A distribuição populacional dos Parakanã atual parece manter a diferenciação entre os dois grupos históricos, embora essa divisão não corresponda à ocupação espacial.

O presente projeto visa atender a demanda dos dois grupos *Awaete* pela formação de professores para atuar na educação escolar em suas aldeias. Essa demanda expressa por lideranças desse povo foi apresentada como parte do seu interesse maior em transformar aspectos da relação historicamente estabelecida com o universo dos *toria*, denominação dada aos não-índios por eles. A busca por parceiros para construir um novo projeto de educação escolar é, portanto, uma iniciativa dos próprios *Awaete* e se iniciou com uma procura pela rede municipal de educação (SEMED) do município de Novo Repartimento.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), inserindo-se também nessa parceria, propôs-se a elaborar um curso de *latu sensu* em Educação Escolar Indígena, com vistas a contribuir para a formação de professores e técnicos nesta temática. O curso em questão tem como objetivo contribuir para construção de um projeto de educação escolar atento às demandas e expectativas *Awaete*. A proposta deste PPC parte da premissa de um diálogo intercultural e se baseia na construção em conjunto com professores indígenas e não-indígenas que irão atuar nas escolas *Awaete*.

Quanto à garantia de direitos, percebe-se que desde os tempos coloniais as políticas voltadas para esses povos indígenas no Brasil têm sido caracterizadas pela oscilação, devido a influência de interesses econômicos e políticos (PERRONE-MOISÉS, 1992). Neste sentido, pautada numa lógica fortemente assimilacionista, a política indigenista brasileira em vários momentos tornou legal a prática de diferentes tipos de violência contra os índios: expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados, deslocamentos compulsórios, escravidão e catequese constituem apenas alguns exemplos. De maneira análoga, as políticas voltadas para a escolarização indígena estiveram, por muito tempo, voltadas para a

homogeneização cultural e linguística com vistas à integração desses povos à sociedade nacional.

No que tange a legislação indigenista, desde o período colonial e suas sucessivas constituições, a educação escolar indígena esteve pautada nos interesses do Estado e da colonização, sem atenção às formas culturais dos povos. Assim, no período colonial, a educação, a cargo dos jesuítas voltou-se para a catequese e a conversão dos indígenas em mão-de-obra disponível (LUCIANO, 2006). Posteriormente, essa mesma orientação de conversão para a civilização, isto é, para formação de trabalhadores orientou as políticas do Estado, culminando nas políticas indigenistas do primeiro órgão voltado para a essas populações, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). No âmbito do SPI, o índio era considerado no seu caráter transitório, em vias de se integrar à sociedade nacional. Mais uma vez, as políticas de educação impuseram o uso da língua portuguesa e um processo de desculturalização, ou seja, a assimilação progressiva do contingente indígena.

A partir do final da década de 1960, observa-se no país o surgimento e a articulação de uma série de organizações indígenas. É no contexto desse processo de mobilização política indígena, que na década de 1970, através de alianças estabelecidas com organizações não governamentais, surgem os primeiros projetos alternativos de escolarização. A possibilidade de autogestão dos projetos de educação formal e consequentemente de uma educação que garantisse a autodeterminação dos povos indígenas tornou-se uma das frentes de luta do movimento indígena no país (FERREIRA, 2001).

A pressão do movimento indígena e de suas reivindicações ganharam grande repercussão no contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, com a presença e os discursos de lideranças indígenas no congresso nacional. A mobilização desse período teve como consequência importante a inclusão na Constituição Federal de 1988 dos artigos referentes aos povos indígenas (art. 231

e 232), fazendo valer um pluralismo jurídico na tentativa de eliminar a tutela e o processo de integração dos povos indígenas.

No que diz respeito à educação escolar, o texto constitucional, no artigo 210, garante aos povos indígenas a possibilidade de utilização das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem nas chamadas escolas indígenas diferenciadas. Ao reconhecer o pluralismo de práticas pedagógicas implícitos na diversidade cultural, ou seja, que as diferentes sociedades se valem de estratégias pedagógicas específicas relacionadas às suas dinâmicas sociais e cosmológicas, a menção aos processos próprios de aprendizagem torna-se um dos aspectos mais inovadores da legislação.

O texto constitucional abriu, portanto, caminho para a oficialização de escolas indígenas diferenciadas e para políticas públicas que respondam aos direitos educacionais dos povos indígenas a uma educação intercultural, comunitária e voltada para a autodeterminação dos diferentes povos (SILVA; FERREIRA, 2001). Neste sentido, em contraponto com a postura integracionista de outrora, a legislação atual preconiza que a educação escolar indígena possa contribuir com o processo de afirmação étnica e se adeque às necessidades e expectativas dos diferentes povos.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que versa sobre as bases da educação nacional, aborda a educação indígena em pelo menos dois artigos. O artigo 32 assegura “às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” e o artigo 78 dispõe que cabe ao Sistema de Ensino da União ofertar uma educação intercultural e bilíngue aos povos indígenas. Cabe ainda à União o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para o “provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa”. A LDB avança assim em relação à oferta da educação escolar indígena, levando o Estado a adequar a educação oferecida aos povos indígenas, considerando a sua identidade étnica e promovendo o uso das línguas nativas

nesses processos. Com efeito, o que se encontra na legislação ainda depara com muitas dificuldades de ser aplicado na prática.

A transferência da responsabilidade pela educação escolar indígena da FUNAI para o Ministério da Educação representou uma mudança também na gestão, cabendo agora aos estados da Federação assumirem a responsabilidade legal pela tarefa. Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, estabelece alguns elementos para o desenvolvimento da educação escolar indígena, como a criação de programas para a produção e publicação de material didáticos e pedagógicos específicos, mas na prática pouco se avançou nesse quesito. Como destaca Fernandes (2017, p. 26) para o caso do Pará, "a razão principal é o despreparo dos profissionais que atuam nas secretarias de educação dos municípios que concentram mais de 90% da educação escolar indígena no estado". O que chama atenção para importância de cursos de formação nesse sentido.

Além da ampliação significativa do número de escolas indígenas e de matrículas, através de políticas voltadas para ampliar o acesso e a permanência de estudantes indígenas em todos os níveis de ensino, observa-se uma adesão cada vez maior dos povos indígenas à escolarização. A presença de estudantes indígenas nas escolas urbanas e universidades constitui um exemplo elucidativo. Enfatiza-se, portanto, a necessidade de sensibilidade e capacidade de diálogo com outros saberes e lógicas de construção do conhecimento, com vistas a superar as abordagens equivocadas e as posturas preconceituosas comuns no ambiente escolar e acadêmico. Do respeito e da capacidade de diálogo depende a possibilidade de projetos de educação escolar em que a formação escolar não continue sendo empregada como meio de violência e tentativa de colonização e de assimilação desses povos.

Ao realizar a formação em nível *Latu sensu* para educadores e equipe técnica que está construindo a educação escolar Awaete a UNIFESSPA contribui para suprir uma demanda de formação regional em educação intercultural e

bilíngue. Contribui também para a produção de conhecimentos e teorias nesse campo, a partir das pesquisas e reflexões orientadas pelos docentes que integram esse projeto em colaboração com os cursistas, produzindo teorias sobre currículos interculturais bilíngues, metodologias de ensino de línguas indígenas como primeira e como segunda línguas e metodologias do ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua.

O curso *latu sensu* em Gestão da Educação Escolar Indígena, demandado pelo povo *Awaete* e a Secretaria Municipal de Educação de Novo Repartimento, é proposto pela UNIFESSPA, por meio do Instituto de Ciências Humanas – ICH, Faculdade de Educação do Campo –FECAMPO, e será viabilizado pela cooperação com a Prefeitura de Novo Repartimento.

9. COORDENADORA DO CURSO:

a)Nome completo: Maria Cristina Macedo Alencar
b)Sexo: Feminino
c)Maior Titulação Acadêmica: Doutora em Linguística
d)Regime de Contratação: Efetivo
1. Trabalho Horista ( )
2. Tempo Integral (X)
3. Tempo parcial ( )
4. Outro ( ) especifique

e)Experiência Acadêmica e Profissional:

Doutora em Linguística (UFSC/SC), com estadia de pesquisa no Seminário de Romanística da Universidade de Heidelberg (Alemanha), realizando pesquisas sobre Historiografia linguística, Educação escolar indígena, bilinguismo e currículo intercultural. Mestre em Linguística Aplicada (UNICAMP/SP), com investigação sobre práticas de letramentos em comunidades rurais do sudeste do Pará. Especialista em Leitura e Produção textual (UFPA/PA) e em Educação do campo e Currículo (IFPA-CRMB/PA). Licenciada plena em Letras (UFPA). Tem cinco anos de experiência na Educação Básica, Técnica e Tecnológica enquanto professora efetiva do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Rural de Marabá (IFPA-CRMB)- 2009-2014-, onde atuou como professora de Língua Portuguesa nos cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio de Agropecuária e Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroecologia dos Povos Indígenas do Sudeste do Pará (CRMB-CTAI). Neste último também integrou a equipe de coordenação do curso. Tem 11 anos de experiência docente no Ensino Superior

(2008-atualmente), tendo sido professora de Linguística e Práticas de Ensino de Língua Materna no curso de Licenciatura em Letras, da Universidade Federal do Pará, Campus de Marabá (UFPA-Marabá), no curso de Licenciatura em Educação do Campo do IFPA-CRMB e, atualmente, na Licenciatura em Educação do Campo, na Faculdade de Educação do Campo da UNIFESSPA. Tem realizado projetos de pesquisa e extensão junto aos povos Guajajara, Gavião Akrãtikatêjê, Guarani-Mbyá, Surui-Aikewara, além de prestar assessoria Linguística e educacional à Fundação Nacional do Índio, Coordenação Regional de Marabá (FUNAI-CR-Marabá), especialmente na condução do processo de transição da educação escolar Awaete-Parakanã para os municípios de Itupiranga e Novo Repartimento. É Integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos Interculturais das Amazônias (GEIA/CNPQ/UNIFESSPA). Tem experiência na área de Lingüística e Lingüística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de educadores do Campo, Estudos de Letramentos, Políticas linguísticas e Educação Escolar Indígena Intercultural Bilíngue.

10. CARGA HORÁRIA TOTAL: 405h

a) Em Sala de Aula: 275 h/aulas teóricas
b) Em Atividades Práticas: 115h
c) Atividades Individuais:
d) Em Grupo:
e) Fora de Sala de Aula:
f) No Trabalho de Conclusão de Curso: 15h/a

11. PERÍODO E PERIODICIDADE:

Início: 30/07/2019
Término: 30/07/2020

12. TURNO DE OFERTA:

a) DIURNO: ( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Integral
Carga Horária:
Hora de Início:
Hora de Término:

b) NOTURNO:
Carga Horária:
Hora de Início:
Hora de Término:

c) NÃO SE APLICA**:** (Justifique)
Curso intensivo(intervalar) em turno integral. Etapas presenciais no 3º período letivo de 2019 (julho/2019) e 1º e 3º períodos letivos de 2020 (Janeiro/2020 e Julho/2020).

13. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O currículo do curso *latu sensu* em "Docência e gestão em educação escolar intercultural indígena" está organizado em três eixos temáticos estruturados a partir de disciplinas que visam materializar os objetivos de cada eixo, os quais são apresentados a seguir:

EIXO I: HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA: SABERES EM PROCESSOS INTERCULTURAIS (135h)

Os processos colonizadores promovidos pelas nações europeias no continente americano se caracterizam, dentre outros, pelo domínio territorial e espoliação econômica. Se a busca de riquezas e a exploração do trabalho indígena fazem parte desse momento, não menos estratégico é a forma como o colonialismo introduziu os saberes dos povos indígenas no seu próprio campo de saber: a sistematização da fauna e flora, da hidrografia e dos hábitos desses povos a partir de uma organização própria da realidade epistêmica europeia terminou por produzir visões estereotipadas, distorções que se manifestam ainda hoje quando se pretende dialogar com essas culturas.

Cronistas, viajantes, religiosos, e mais recentemente, pesquisadores da cultura em geral, conscientemente ou não sucumbem ao chão arenoso da literatura que bebe das fontes de pesquisa estruturadas sob o etnocentrismo originário daquele contexto. A problemática avança na medida em que percebemos como os discursos preconceituosos de outrora não apenas persistem, sob uma outra roupagem, como se aprofundam no interior de centenas de etnias indígenas, isto é, valores morais, comportamentos e visões de mundo não indígenas são internalizadas de tal forma que passam a ser naturalizadas em fluxo contínuo.

O que significa pensar a "História Indígena" quando a noção de história é exógena e colonialista? Como traçar modos de compreensão da "Cultura Indígena" quando o conceito de cultura nos faz tanto manusear ferramentas de enquadramento sobre esses povos quanto, o mesmo conceito, é uma forma de disciplina da própria cultura não indígena? Entendemos que num quadro analítico intercultural, qualquer proposta, longe de lançar fora os elementos discursivos que o saber dito científico ocidental adota, trata-se de se pensar esses termos em constante tensão com as experiências dos povos indígenas, pô-los (nossos conceitos) à prova de nossas bases epistêmicas, como nos lembra Roy Wagner em *"A invenção da Cultura".*

Nesse sentido, o Eixo proposto tem como objetivo apresentar elementos da história e cultura indígena a partir dos processos interculturais de produção do conhecimento, sublinhando principalmente como a literatura acadêmica pode receber e se reformular mediante as concepções próprias do povo *Awaete*. A história e cultura de povos indígenas, interpretada sob o viés dos processos dos

modos de vida desses povos, desdobrando-se na referida proposta em perspectivas transversais, para as seguintes palavras-chave: território; ocupação; escravidão; políticas públicas; direitos indígenas; alteridade, dentre outros. Vertebralmente, dirigida pelos postulados interculturais, a sistemática pertinente nas produções acadêmicas, serão problematizadas durante as disciplinas à luz das demandas e das concepções próprias do povo indígena supracitado, perseguindo um diálogo capaz de respeitar a autonomia e os difusos e sempre espinhosos caminhos da interculturalidade.

As disciplinas ofertadas neste eixo são:

- História do contato entre indígenas e não-indígenas no Brasil (30h)
- Lutas, contatos e memórias indígenas no Sul e Sudeste do Pará (45h)
- Diversidade e Direitos dos Povos Indígenas no Contexto Amazônico (60h)

EIXO II CURRÍCULO INTERCULTURAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA (135h)

Os mais de cinco séculos de políticas colonialistas e etnocidas impostas pelo Estado brasileiro aos povos indígenas produziram lastro de práticas de negação das identidades, culturas e línguas indígenas e tinham centralidade nos currículos e nas práticas pedagógicas desconectados das vivências indígenas. Pautadas nos ideais de assimilação e integração, as escolas nas aldeias serviram como instrumentos de imposição de culturas e valores ocidentais, sem considerar os complexos sistemas de produção de conhecimentos elaborados pelas sociedades indígenas. Como forma de superação desse paradigma, a decolonialidade de poder, de saber (QUIJANO, 2005)e das relações instituídas pelo Estado brasileiro deve ser problematizada na formação de professores como possibilidade de novas elaborações pedagógicas e curriculares que valorizem os conhecimentos tradicionais indígenas nos processos de ensino e aprendizagem.

Ações interculturais críticas agenciam a construção de um multiprojeto com proposições políticas, sociais, epistêmicas, éticas e pedagógicas, dialogantes com as experiências históricas de exclusão, negação e subalternização ontológica de sujeitos culturais racializados, sobretudo àquelas dos povos indígenas latino-americanos. O contexto de problematização das temáticas socioculturais indígenas por uma educação escolar diferenciada vem mobilizando professores, instituições e comunidades indígenas. Acredita-se, portanto, na possibilidade de construir novas experiências educativas que culminem num projeto político pedagógico intercultural para as escolas indígenas.

As atividades propostas neste eixo pretendem contribuir para que os professores que atuem nas escolas Awaete problematizem a diferença, em termos relacionais, tendo o reconhecimento das especificidades e possíveis questões dialogantes da organização e funcionamento das escolas indígenas com experiências pedagógicas de autodeterminação, autolibertação e auto agência,

desconstruindo as estruturas sociais e as condições de existência impostas aos povos subalternizados.

Assim, as disciplinas propõem contribuir, pelas prévias compreensões das interfaces entre as linguagens e questões memoriais nos universos simbólicos Awaete, ao conhecimento das políticas linguísticas realizadas ao longo da história pelo Estado brasileiro, as quais caracterizam a minorização e extermínio de muitas línguas indígenas na sociedade brasileira.

Para tanto, se refletirá sobre o fenômeno do bilinguismo na sua forma social e individual, levando-se em consideração a relação de contato entre a sociedade Awaete e a sociedade ocidental-abissal, em que essa é majoritária, monolíngue e sua língua goza de prestígio; e aquela é minoritária, bilíngue e sua língua tem abrangência endógena. Também se propõe refletir sobre as diferentes experiências e práticas de ensino bilíngue realizadas com povos indígenas com vistas a contribuir na elaboração de uma proposta específica de educação bilíngue com foco no bilinguismo aditivo e de enriquecimento cultural nas escolas Awaete, tendo em vista o desenvolvimento de metodologias de ensino de português como segunda língua.

As disciplinas ofertadas neste eixo são:

• Memórias e Linguagens na Educação Escolar Indígena (45h)
• Organização Social Awaete, Currículo, Gestão e Funcionamento da escola Awaete (45h)
• Currículo Intercultural e metodologias do ensino de primeira (L1) e segunda língua (L2) (45h)

EIXO III – OFICINAS, AÇÕES INTERDISCIPLINARES E INTERCULTURALIDADE NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA (135h)

No curso também se propõem as disciplinas “Práticas Didático-Pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena I e II” como elemento pedagógico integrador na efetivação de atividades docentes com os objetos de conhecimentos de Ciências Sociais e Humanas, Exatas e da Natureza, que dialoguem Culturas e Linguagens nos sentidos socioculturais, político e didático-pedagógicos voltados para o cotidiano das escolas das aldeias.

Neste contexto, a estratégia do eixo pauta-se em pensar as práticas educativas nos termos das ações didático-pedagógicos em sala de aula, assim como os processos reflexivos sobre a própria prática. Assim, subjazem as propostas de didatização dos componentes curriculares para o ensino na Educação Escolar Indígena, almejando a construção de um novo processo de escolarização que dialogue a perspectiva de dinamização da cultura indígena e estratégias de ensino

pautadas no respeito, na valorização e no fortalecimento dos diversos conhecimentos tradicionais e científicos.

A construção do currículo, nesse sentido, deve ser orientada pelos projetos socioculturais das comunidades e organizações indígenas na perspectiva da valorização e promoção da autonomia e da autodeterminação dos povos, configurando-se como espaço dinâmico, de diálogos entre as práticas tradicionais de produção e de transmissão de conhecimentos e as novas demandas por conteúdos.

As disciplinas que integram esse eixo são:

- Práticas Didático-pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena I (45h)
- Práticas Didático-pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena II(45h)
- Metodologia Científica (30h)
- Seminário de Produção Acadêmica (15h)

3º período de 2019	**1º período de 2020**	**3º período de 2020**
História do contato entre indígenas e não-indígenas no Brasil (30h)	Memórias e Linguagens na Educação Escolar Indígena (45h)	Práticas Didático-pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena I (45h)
Lutas, contatos e memórias indígenas no Sul e Sudeste do Pará (45h)	Organização Social Awaete, Currículo, Gestão e Funcionamento da escola Awaete (45h)	Práticas Didático-pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena II (45h)
Diversidade e Direitos dos Povos Indígenas no Contexto Amazônico (60h)	Currículo Intercultural e metodologias do ensino de primeira (L1) e segunda língua (L2) (45h)	Metodologia Científica (30h)
		Seminário de Produção Acadêmico (15h)

Pré-requisito para cursar o Seminário de Produção Acadêmica: Práticas Didático-pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena I e II e Metodologia Científica

13.2 EMENTAS, CARGAS HORÁRIAS E REFERÊNCIAS DAS DISCIPLINAS

1) História do contato entre indígenas e não-indígenas no Brasil
Docentes: Fabiano Campelo Bechelany e Valéria Moreira Coelho de Melo

Carga horária total: 30 **Teórica:** 30 **Prática:** 00
Créditos: 02

Ementa da Disciplina: Representações eurocêntricas em escritos do período colonial: religiosos, cronistas e viajantes; Fugas, guerras e mediações indígenas em processos de escravidão. A invenção do indígena e a construção da nação brasileira no século XIX; Imagem e estranhamento na República brasileira (século XX e XXI): povos indígenas, meios de comunicação e redes sociais.

Bibliografia básica:

BECKERMAN, Stephen. 1991. "A Amazônia Estava Repleta de Gente em 1492?" in NEVES, Walter (org). **Origens, Adaptações e Diversidade Biológica do Homem Nativo da Amazônia.** Belém: MPEG/CNPq.
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Políticas Culturais e povos indígenas: Uma introdução. In: _____; CESARINO, Pedro Niemeyer de (orgs). **Políticas Culturais e povos indígenas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
RIBEIRO, Darcy. 1996. **Os Índios e a Civilização**: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras. Conclusões, p.487-503

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
OLIVEIRA FILHO, J. P. **O nascimento do Brasil**: revisão de uma paradigma historiográfico. Anuário Antropológico, v. 1, p. 11-40, 2010.

2) Disciplina: Lutas, contatos e memórias indígenas no Sul e Sudeste do Pará.
Docentes: Jerônimo da Silva e Silva e Fabiano Campelo Bechelany
Carga horária total: 45 **Teórica:** 30 **Prática:** 15
Créditos: 03

Ementa da Disciplina: Desenvolvimentismo e políticas de ocupação; SPI e FUNAI: continuidades e rupturas de contato; Memória e ancestralidade Parakanã em processos de enfrentamento: agronegócio, mineração e grandes projetos; As Forças Armadas enquanto alteridade estatal; Memória Parakanã, multiplicidade e novos estratégias de autonomia.

Bibliografia básica:

DA MATTA, Roberto e LARAIA, Roque de Barros. **Índios e Castanheiros**: A Empresa Extrativista e os Índios no Médio Tocantins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
FAUSTO, Carlos. **Os Índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
FAUSTO, Carlos. **Inimigos fiéis**: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: EDUSP, 2001.
Bibliografia complementar:
MELATTI, Júlio Cesar. **Índios do Brasil**. São Paulo- Brasília: Edunb/ Hucitec. 1993.

Bibliografia complementar:
VALENTE, R. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. 1a ed. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

3) Disciplina: Diversidade e Direitos dos Povos Indígenas no Contexto Amazônico
Docentes: Jerônimo da Silva e Silva e Rosani Fernandes
Carga horária total: 60h Teórica: 35 Prática: 25
Créditos: 04

Ementa da Disciplina: As ideias antropológicas a respeito de alteridade, diferença, diversidade, cultura e etnicidade. Construção de conceitos a partir da relação entre pesquisa de campo e etnografia. Alguns aspectos da diversidade: festas – cantos, danças -; comidas; línguas; organização social; habitações; cultura material; e sistema religioso. Estado e políticas indigenistas. Direitos Indígenas no contexto nacional e internacional. Concepções de Saúde e Corpo.

Bibliografia básica:
ANGHER, Anne Joyce. (org.). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2006.
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: _____ (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
GARNELO, L. **Saúde Indígena:** uma introdução ao tema. / Luiza Garnelo; Ana Lúcia Pontes (Org.). - Brasília: MEC-SECADI, 2012.
ARAÚJO, Ana Valéria (Org.). **Povos Indígenas e a Lei dos Brancos**: o direito à diferença. Brasília: MEC/SECAD. LACED/Museu Nacional, 2006.

Bibliografia complementar:
LUCIANO, Gersen dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
_____. Diversidade Cultural, Educação e a Questão Indígena. In: BARROS, José Márcio Pinto de Moura (org.). **Diversidade Cultural:** da proteção à promoção. BH: Autêntica Editora, 2008.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos; CASTRO, João Paulo Macedo e. "Política(s) Pública(s)" In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo Araújo. **Raça:** novas perspectivas antropológicas. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008: pp. 351-392.

4)Disciplina: Memórias e Linguagens na Educação Escolar Indígena
Docentes: Hiran de Moura Possas e Maria Cristina Macedo Alencar
Carga horária total: 45h Teórica: 30h Prática: 15h
Créditos: 03
Ementa da Disciplina: Cultura. Memória. Linguagens. Oralidades. Interfaces oral e escrito. Metodologias de escuta e decodificação: oral/escrito.

Bibliografia básica:

ADORNO, Theodor W (1995a). "O que significa elaborar o passado". In ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra.
ALMEIDA, Maria Inês de. **Desocidentada**: experiência literária em terra indígena. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.
BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: _____ **Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

Bibliografia Complementar:

PEIRANO, M. 2014. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, 20(42): 377-391.
PORTELLI, A. **Forma e significado na História Oral.** A pesquisa como um experimento em igualdade. In: Projeto História. Cultura e Representação. **Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História da PUCSP**. (14) p.7-24. São Paulo: EDUC, fevereiro, 1997.
THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História** (15), São Paulo, 1997, pp.51-71.
WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.
ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral.** São Paulo: Hucitec, 1997.

5)Disciplina: Organização Social Awaete, Currículo, Gestão e Funcionamento da escola Awaete
Docente(s): Rosani Fernandes, José Sávio Bicho de Oliveira, Valéria Moreira Coelho de Melo
Carga horária total: 45 Teórica: 30 Prática: 15
Créditos: 3
Ementa da Disciplina:

Organização Social e Educação Awaete. Interculturalidade e diferença. Currículo intercultural bilíngue. Organização e funcionamento das escolas indígenas. Políticas de Educação Escolar Indígena no Brasil; Programas em Educação Escolar Indígena; Territórios Etnoeducacionais e Gestão da EEI**.**

Bibliografia básica:

BRASIL. **Educação Escolar Indígena**: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. v.1, MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, Brasília, 2006. Disponível em: <www.laced.mn.ufrj.br/trilhas/> Acesso em 12 out. 2017.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas. **Referenciais para a formação de professores indígenas.** Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ Livro.pdf>.

GRUPOINI, Luís Donisete. **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2006.

MELIÁ, Bartolomeu. **Educação indígena na escola**. Conferência ministrada no I Congresso Internacional de Educação Indígena, Dourados (MT), 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n49/ a02v1949.pdf

MOREIRA, A. F. B. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. [AntônioFlávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola Indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In SILVA,, Aracy Lopes da; Ferreira, Mariana Kawall Leal (orgs.). **Na Antropologia, História e Educação.** São Paulo: Global, pp. 44-70, 2001.

6) Disciplina: Currículo Intercultural e metodologias do ensino de primeira (L1) e segunda língua (L2)
Docente(s): Eliane Pereira Machado Soares Maria Cristina M. Alencar
Carga horária total: 45 Teórica: 30 Prática: 15
Créditos: 3
Ementa da Disciplina:

História dos contatos linguísticos do povo Awaete. Aquisição de L1 e L2. Bilinguismo. Programas de Ensino Bilíngue: submersão (total e relativa), imersão, manutenção, equilíbrio e/ou revitalização. Políticas linguísticas do estado brasileiro. Políticas linguístico-educacionais de manutenção e fortalecimento das línguas indígenas no Brasil. Metodologias de ensino de L1 e L2. Currículo Bilíngue.

Bibliografia básica:

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.
D'ANGELIS, Wilmar R. **Aprisionando sonhos**: a educação escolar indígena no Brasil. Campinas-SP: Curt Nimuendajú, 2012.
HAGÈGE, Claude. **Não à morte das línguas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

Bibliografia Complementar:

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Línguas indígenas precisam de escritores? Como formá-los?** Linguagem e letramento em foco – formação do professor indígena. Campinas: Cefiel, IEL/Unicamp, 2005.
HAGÈGE, Claude. **A criança de duas línguas.** Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
MONSERRAT, Ruth. Política e Planejamento Linguístico nas Sociedades Indígenas do Brasil Hoje: o espaço e o futuro das línguas indígenas. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.) **Formação de Professores Indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: MEC/SECAD, pp. 131-153, 2006.

7) Disciplina: Práticas Didático-pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena I
Docente(s): Lucivaldo Silva da Costa, Carlos Alberto Gaia Assunção, Bernardo Tomchinksy, Hiran de Moura Possas
Carga horária: 45 horas 45 Teórica: 30 Prática: 15
Crédito: 3
Ementa: Pesquisa como princípio educativo. Atividades de didatização e produção de conteúdos interdisciplinares (Culturas e Linguagens. Ciências Exatas e da Natureza)
Bibliografia Básica:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
CARVALHO, Ieda Marques de. **Professor indígena**: um educador do índio ou um índio educador? Campo Grande, 1996. 218 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco.
DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

CABALZAR, Aloisio (org). **Manejo do mundo:** conhecimento e práticas dos povos indígenas do Rio negro. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013. Disponível em: https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_do_mundo
YANOMAMI, Morzaniel Iramami (org). **Manual dos remédios tradicionais yanomami.** São Paulo: Instituto socioambiental. Boa Vista: Hutukura associação Yanomami (HAY), 2014. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/manual-dos-remedios-tradicioanis-yanomami.pdf
RIBEIRO, Berta (Org.). **Suma etnológica brasileira (v.1,2,3)**. Editora Vozes, 1986. disponível em: http://www.etnolinguistica.org/index:suma

8) Disciplinas: Práticas Didático-pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena II
Docente(s): Lucivaldo Silva da Costa, Carlos Alberto Gaia Assunção, José Sávio Bicho de Oliveira, Bernardo Tomchinksy,
Carga horária total: 45 Teórica: 30 Prática: 15
Créditos:
Ementa da Disciplina:
Pesquisa como princípio educativo. Atividades de didatização e produção de conteúdos interdisciplinares (Culturas e Linguagens. Ciências Exatas e da Natureza).

Bibliografia básica:
MONTE, Nietta Lindenberg. **Escolas da Floresta**: entre o passado oral e o presente letrado. Rio de Janeiro: Multiletra, 1996.
PEREIRA, Magali Cecili Surjus Pereira. **Socialização secundária nos Kaingáng.** São Paulo, 1994. 205 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo.
SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs). **Práticas Pedagógicas na Escola Indígena**. São Paulo: Global, 2001.

Bibliografia Complementar:
FREITAS, Deborah de Brito Albuquerque Pontes. **Bilingüismo do grupo Arara (Pano) do Acre:** sugestões para alfabetização na língua indígena. Recife, 1995. 286 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Pernambuco.
MENDES, Jackeline Rodrigues. **Descompassos na interação professor-aluno na aula de Matemática em contexto indígena.** Campinas, 1995. 67 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas.

09) Disciplinas: Metodologia Científica
Docente(s): José Sávio Bicho de Oliveira Hiran de Moura Possas
Carga horária total: 30 Teórica: 30 Prática:

Créditos: 2
Ementa da Disciplina:
Gêneros discursivos; mecanismos de organização textual e produção de sentidos; Experiência, narrativa e formação. A experiência como lugar de memória e saber. A construção de narrativas memoriais como espaço de construção de identidades e projetos individuais e coletivos. Experiência, Cotidiano, Memória, Identidade e Narrativa.

Bibliografia básica:
ALMEIDA, Danilo Di Manno de. Memórias provisórias: 10 anos de encontro entre filosofia e educação. IN: **Educação e Linguagem**, vl. 12, n º 20, JUL.-DEZ. 2009, pp. 23-39
DELORY-MOMBERGER, Christine. **Formação e socialização**: os ateliês biográficos de projeto. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p.359-371, maio/ago. 2006.
JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Prefácio António Nóva; revisão científica, apresentação e notas à edição brasileira Cecília Warschauer; tradução José Cláudino e Júlia Ferreira; adaptação à edição brasileira Maria Vianna. São Paulo: Cortez, 2004.
PASSEGGI, Maria da Conceição. Memoriais autobiográficos: escritas de si como arte de (re) conhecimento. In: CORDEIRO, Verbena Maria Rocha e SOUZA, Elizeu Clementino de Souza (Orgs.). **Memoriais, literatura e práticas culturais de leitura.** Salvador: EDUFBA, 2010, p. 19-42.

Bibliografia complementar:
THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In:_____.**A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-199.

10) Seminário de produção acadêmica
Docente(s): Orientador/a do memorial acadêmico e profissional
Carga horária total: 15h Teórica: Prática: 15h
Créditos: 1
Ementa da Disciplina:
Elaboração do Memorial acadêmico. 2. Orientação específica e individualizada.
3. Redação do Memorial. 4. Apresentação do Memorial Acadêmico.

Bibliografia Básica:
Indicada pelo/a orientador/a

14. CORPO DOCENTE:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

1) Nome: Bernardo Tomchinsky
Titulação: Doutor em Agronomia
Forma de Contratação: Quadro permanente da instituição- IESB
Experiência acadêmica e Profissional:
Possui graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010), mestrado (2014) e doutorado (2017) em Agronomia (Horticultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. É professor do curso de Biologia do Instituto de Estudos em Saude e Biológicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (IESB/UNIFESSPA). Tem experiência nos temas: Botânica, etnobotânica, etnobiologia; ecologia humana; antropologia; manejo de plantas medicinais e plantas alimentícias tradicionais, biodiversidade e segurança alimentar. Participa do corpo editorial da Revista Ethnoscienti

2) Nome: Carlos Alberto Gaia Assunção
Titulação: Doutorado em Educação em Ciências e Matemática
Forma de Contratação: Quadro permanente da instituição- ICH
Experiência acadêmica e Profissional:
Mestrado e Doutorado em Educação em Ciências e Matemáticas pelo PPGECM/IEMCI/UFPA. Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade do Estado do Pará/UEPA (2006); Especialização em Fundamentos da Matemática Elementar ¬ UEPA (2008) e em Educação do Campo Desenvolvimento e Sustentabilidade pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2009). Professor Adjunto na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Docente no Curso de Licenciatura em Educação do Campo ICH/UNIFESSPA. Atua na área de Educação com ênfase em Educação Matemática, nos seguintes temas: Didática da Matemática, Etnomatemática e Práticas Socioculturais com Matemática. Fundamentos da Matemática Elementar. Ensino de Matemática e Práticas Docentes. Educação Básica, Educação do Campo e Formação Docente.

3) Nome: Eliane Pereira Machado Soares
Titulação: Doutora em Linguística
Forma de Contratação: Quadro permanente da instituição- ILLA
Experiência acadêmica e Profissional:
Graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará (1992), mestrado em Letras: Lingüística e Teoria Literária pela Universidade Federal do Pará (2002) e doutorado em Lingüística pela Universidade Federal do Ceará (2008). Professora de Lingüística da Universidade Federal do Pará de 1995-2103. Atualmente é Professor Associado I da Universidade Federal do Sul e Sudeste Pará (2013), do Instituto de Letras, Linguística e Artes/faculdade de Estudos da Linguagem - Campus Universitário de Marabá. Tem experiência na área de Lingüística, atuando principalmente nos seguintes temas: fonética e fonologia; variação linguística;

leitura; ensino-aprendizagem de língua materna ; educação escolar indígena; léxico e literatura regional.

4)Nome: Fabiano Campelo Bechelany
Titulação: Doutor em Antropologia
Forma de Contratação: Quadro permanente da instituição- ICH
Experiência acadêmica e Profissional:
Professor Adjunto de Antropologia, cadeira de Etnologia Indígena, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Exerce, atualmente, a função de Diretor da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins e Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (bacharelado 2007; licenciatura 2009); mestrado (2012) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2017). Tem experiência como consultor e assessor, em especial nas áreas de educação e economia indígena e de pesquisa com povos indígenas, nos campos da etnologia indígena e antropologia da técnica, com foco nas relações entre cultura, sociedade e natureza. Membro do Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica e do Laboratório de Antropologias da terra, ambos da Universidade de Brasília (UnB).

5)Nome: Hiran de Moura Possas
Titulação: Doutor em Comunicação e Semiótica
Forma de Contratação: Quadro permanente da instituição- ICH
Experiência acadêmica e Profissional:
Doutor em Comunicação e Semiótica (PUC/SP) desenvolvendo pesquisas sobre experimentações artísticas "marginais" (Bolsista CAPES modalidade II). Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura (Universidade da Amazônia/PA), ao decantar e analisar temáticas advindas de narrativas orais das ilhas do município de Ananindeua/PA. Especialista em Teoria Literária (UFPA). Licenciado pleno em Letras (UFPA). Integrante do grupo de pesquisa "Comunicação e Cultura: Barroco e Mestiçagem. - PUC/SP" e líder do GEIA/CNPQ/UNIFESSPA (Grupo de Estudos Interculturais das Amazônias). Realiza pesquisas cujas temáticas tratam de: poéticas orais; estudos culturais; memórias e imaginários; estudos semióticos; pós colonialismo; teorias da comunicação e Artes "marginais". Atualmente, professor da Faculdade de Educação do Campo e professor e coordenador do Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

6)Nome: Jerônimo da Silva e Silva
Titulação: Doutor em Antropologia
Forma de Contratação: Quadro permanente da instituição- ICH
Experiência acadêmica e Profissional:

Licenciado Pleno e Bacharel em História (UFPA, 2001), Especialista em História Social da Amazônia (UFPA, 2007), Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA, 2011), Doutor em Antropologia (PPGA/UFPA, 2014), Pós-doutorado (2016-2018) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA). Professor Adjunto na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Lotado no Instituto de Ciências Humanas - Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO). Na condição de Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA) e no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST/UNIFESSPA) tem discutido Interdisciplinaridade, Epistemologia, Tempo e Interculturalidade. Em regime de colaboração ingressou no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Escolar Indígena (UEPA/UNIFESSPA/UFPA/UFOPA). Atua nos temas: Encantaria Amazônica (Rezadeiras, Parteiras, Pajés, Mães e Pais de Santo, Exorcistas), Narrativas Orais, Cristianismos, Cosmologias Africanas e Indígenas - Afroindígenas. Dedica-se nos últimos tempos também ao estudo de Memórias no âmbito da Educação do Campo, Campesinato e Movimentos Sociais na Amazônia Oriental. Exerce liderança compartilhada no Grupo de Pesquisa em Estudos Culturais na Amazônia (GECA/CNPq/UFPA) e é líder do Grupo de Pesquisa LEBARA - Conversações Epistemológicas. Está em função administrativa: Coordenador Geral do Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (NUADE/UNIFESSPA).

7)Nome: José Sávio Bicho de Oliveira
Titulação: Doutor em Educação em Ciências e Matemática
Forma de Contratação: Quadro permanente da instituição- ICH
Experiência acadêmica e Profissional:
Professor Assistente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), atuando na Licenciatura em Educação do Campo (LPEC). Doutor em Educação em Ciências e Matemática pela Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC/UFMT/UFPA/UEA), mestre em Educação em Ciências e Matemáticas (Área de concentração: Educação Matemática) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), licenciado em Matemática pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), especialista em EAD e Novas Tecnologias pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Membro do GT05 - História da Matemática e Cultura da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) e da Rede Latinoamericana de Etnomatemática (RELAET). É vice-lider do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática e Práticas Socioculturais da Amazônia (GPEMAZON/UNIFESSPA). Participa do Grupo de Pesquisa Educação em Fronteiras (EmF/UFF) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Cultura (GEPEC/UFF). Participa do Núcleo de Pesquisa História da Ciência e Ensino (NUPHCE/UNIFAP). Tem interesse na área da Educação Matemática com ênfase em Etnomatemática e saberes da tradição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

8)Nome: Lucivaldo Silva da Costa
Titulação: Doutor em Linguística
Forma de Contratação: Quadro permanente da instituição- ICH
Experiência acadêmica e Profissional:
Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Pará (UFPA). No período de 2004/2005, atuou como professor de língua Portuguesa na Escola Indígena Bep Karoti Xikrín. Atualmente desenvolve atividades de extensão, ensino e pesquisa, sendo professor Adjunto da Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus de Marabá. Atuou como Chefe da Divisão de Programas e Projetos da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (DPP/DAI/Proex/Unifesspa) de 2014 a 2016. É coordenador de projetos voltados à descrição de línguas indígenas brasileiras e a diagnósticos sociolinguísticos e à ações de planificação da língua indígenas Gavião do Pará e Xikrin do Cateté. É colaborador no curso de formação de professores Kayapó ofertado pela Associação Floresta Protegida.Atua também no Programa "Saberes e fazeres Xikrín: a Etnociência como estratégia mediadora no desenvolvimento de metodologias e recursos didático-pedagógicos voltados à valorização de sua língua materna". Atualmente é coordenador do projeto de ENSINO intitulado FORMAÇÃO DE PROFESSORES, PLANIFICAÇÃO E REVITALIZAÇAO LINGUÍSTICA NA ESCOLA MÊ AKRE KÔYAKATI e do Projeto de Pesquisa DESCRIÇÃO, REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA LÍNGUA GAVIÃO KYIKATÊJÊ DA ALDEIA KÔYAKATI. É lider do Grupo de Pesquisa intitulado GRUPO DE ESTUDO SOBRE LÍNGUAS AMAZÔNICAS: DESCRIÇÃO, USO E PLANIFICAÇÃO (GELAMAZON).

8)Nome: Maria Cristina Macedo Alencar
Titulação: Doutora em Linguística
Forma de Contratação: Quadro permanente da instituição- ICH
Experiência acadêmica e Profissional:

Doutora em Linguística (UFSC/SC), com estadia de pesquisa no Seminário de Romanística da Universidade de Heidelberg (Alemanha). Mestre em Linguística Aplicada (UNICAMP/SP),. Especialista em Leitura e Produção textual (UFPA/PA) e em Educação do campo e currículo (IFPA-CRMB/PA). Licenciada plena em Letras-Português (UFPA). Tem experiência na Educação Básica, Técnica e Tecnológica (2009-2014) enquanto professora efetiva do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Rural de Marabá (IFPA-CRMB). Integrou a equipe de coordenação do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroecologia dos Povos Indígenas do Sudeste do Pará (CRMB-CTAI). Tem 11 anos de experiência docente no Ensino Superior (2008-atualmente), tendo sido professora substituta no curso de Licenciatura em Letras, da Universidade Federal do Pará, Campus de Marabá (UFPA-Marabá), no curso de Licenciatura em Educação do Campo (IFPA-CRMB) e, atualmente, na Licenciatura em Educação do Campo, na Faculdade de

Educação do Campo da UNIFESSPA. Tem realizado projetos de pesquisa e extensão junto aos povos Guajajara, Gavião Akrãtikatêjê, Guarani-Mbyá, Surui-Aikewara, além de prestar assessoria Linguística e educacional à Fundação Nacional do Índio, Coordenação Regional de Marabá (FUNAI-CR-Marabá), especialmente na condução do processo de transição da educação escolar Awaete-Parakanã para os municípios de Itupiranga e Novo Repartimento. É Integrante do grupo de pesquisa de Estudos Interculturais das Amazônias (GEIA/CNPQ/UNIFESSPA). Tem experiência na área de Linguística e Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de educadores do Campo, Estudos de Letramentos, Políticas linguísticas e Educação Escolar Indígena Intercultural Bilíngue.

9)Nome: Rosani de Fátima Fernandes
Titulação: Doutora em Antropologia
Forma de Contratação: Colaboradora externa
Experiência acadêmica e Profissional:
Professora substituta na Faculdade de Educação do Campo FECAMPO/UNIFESSPA. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA), Mestre em Direito pelo programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA), Especialista em Currículo e Metodologia de Ensino (UNOESC). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).Tem experiência na Docência em Educação Básica e Superior, atua em assessorias e consultorias em Educação, Educação Escolar Indígena, Produção de Material Didático para a Diversidade, Formação de Professores para o trabalho com a Diversidade nos seguintes temas: educação escolar indígena, identidade e etnicidade, narrativas, etnohistória, história indígena, relações étnico-raciais, memória, ação afirmativa, direitos humanos e direitos indígenas.

10)Nome: Valéria Moreira Coelho de Melo
Titulação: Doutora em Antropologia Social
Forma de Contratação: Quadro permanente da instituição- ICH
Experiência acadêmica e Profissional:
Graduada em História (2008) e Mestre em Ciências do Ambiente (2010) pela Universidade Federal do Tocantins. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (2016). Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), vinculada à Faculdade de História, na área de Cultura e História Indígena. É pesquisadora colaboradora do Laboratório de Cartografia Social do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA. Tem experiência na área de Antropologia com ênfase em etnologia Indígena. Atualmente dedica-se aos seguintes temas: História Indígena, Educação escolar Indígena, Impactos socioambientais de grandes projetos sobre povos e comunidades tradicionais

15. METODOLOGIA DE ENSINO:

Todas as atividades realizadas nessa especialização serão pautadas no esforço de uma formação na qual a autonomia e a autodeterminação *Awaete* sejam elementos fundacionais. A interação entre o mundo *Awaete* e o mundo dos *toria* norteará as metodologias adotadas, ressaltando-se que essa interação deve ocorrer nos termos em que os próprios *Awaete* procuram estabelecê-la, isto é, que devem ser eles os agentes das trocas, das escolhas e das decisões tomadas em relação a sua educação escolar.

As disciplinas serão orientadas pela prática da pesquisa como princípio educativo na busca pela afirmação das identidades étnicas, dos processos próprios de ensino-aprendizagem e da construção de uma educação de qualidade que atenda aos anseios dos *Awaete*. Assim, será considerada a integração teoria-prática num processo de ensino pautado na reflexão-ação-reflexão em torno do contexto da Educação Básica, e contarão com aulas expositivas e dialogadas, seminários, temáticos, trabalhos individuais e em grupo, estudos de casos, estudos dirigidos, trabalhos de campo dentre outras, selecionadas por ocasião das especificidades de cada componente curricular.

16. INTERDISCIPLINARIDADE:

A interculturalidade, a transdisciplinaridade e a formação pela/para pesquisa constituem os princípios da proposta teórico-metodológica desse curso de especialização, permitindo o exercício do pensamento de maneira múltipla:

> como algo dado e revelado; [que faz] abrir caminho, transpassar, interromper, deslocar e inverter práticas e conceitos herdados, estas metodologias psíquicas, analíticas e organizacionais que usamos para saber o que cremos que sabemos, para tornar possível conversas e solidariedades diferentes; como projeto tanto epistêmico como ontológico ligado a nosso ser e, portanto, aliado à formulação que fez Freire da pedagogia como metodologia imprescindível. Pedagogias [que] convocam conhecimentos subordinados, produzidos no contexto de práticas

> de marginalização, para poder desestabilizar as práticas existentes de saber e assim cruzar os limites fictícios de exclusão e marginalização (ALEXANDER, 2005)[2]

Nesse sentido, assumimos a construção de um processo formativo no qual o educador indígena deve ser formado na perspectiva do professor-pesquisador da cultura, das tradições e dos conhecimentos nas áreas que são significativas às comunidades (GRUPIONI, 2006). A pesquisa interdisciplinar favorece outro princípio do Referencial Curricular Nacional para Povos Indígenas que é a do professor-autor, capacitado à produção de material didático próprio de cada povo e escola indígena.

17. ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

As atividades complementares são paralelas às demais atividades acadêmicas, devendo ser obrigatoriamente realizadas dentro do período definido pelo curso. Visam o desenvolvimento dos estudantes e sua inserção em processos de pesquisas, ensino e atuação que dialoguem com sua realidade. Neste curso serão exigidas as seguintes atividades complementares:

17. 2 Participação em eventos científicos

A coordenação incentivará a participação dos discentes em eventos profissionais, de preferência com apresentação de comunicações orais e relatos de experiência sobre o tema do trabalho final dos alunos. Também valorizará cursos, seminários e atividades relacionados à Políticas linguísticas e educacionais para minorias, Educação Intercultural Bilíngue e Educação Escolar Indígena.

18. TECNOLOGIA EMPREGADA:

Os professores e alunos terão acesso ao Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), para fins de inserção, consulta e controle, bem como gestão das atividades acadêmicas dos alunos e dos componentes curriculares.

19. INFRAESTRUTURA FÍSICA:

Nessa turma serão ofertadas 30 vagas e todas as despesas para realização do curso serão arcadas pela Prefeitura Municipal de Novo Repartimento (PMNR). As aulas serão ministradas nas dependências do Centro de Formação Taxaokokwera, Terra Indígena Parakanã às margens da BR-230, no município de Novo Repartimento.

A estrutura conta com Alojamento para docentes e cursistas, cozinha, refeitório, salas de aula e amplo salão de reuniões com disponibilidade de projetores multimídia e acesso à internet.

---

[2] Tradução de Vera Maria Candau (2009) em “Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas”.

Está prevista a realização de uma atividade de campo em aldeias próximas a cidade de Marabá e seminários e palestras na Unidade III da UNIFESSPA, em Marabá. O deslocamento dos cursistas da cidade de Novo Repartimento para Marabá e de Marabá para as aldeias, bem como o alojamento e alimentação dos cursistas na cidade de Marabá e na atividade de campo será custeado pela PMNR segundo as normas estabelecidas no Termo de Cooperação entre a UNIFESSPA e a PMNR. Para as atividades realizadas na UNIFESSPA, em Marabá, dispõe-se de salas de aula e auditório, também com disponibilidade de projetores multimídia e acesso à internet. Aí os cursistas terão à sua disposição a Biblioteca Central da UNIFESSPA que contém livros e periódicos das diversas áreas, dentre elas: Pedagogia, Ciências Sociais, Letras, Metodologia da Pesquisa, Antropologia, Matemática disponibilizados aos alunos.
Acrescenta-se que os deslocamentos dos docentes do curso, hospedagem e alimentação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Novo Repartimento (PMNR), também conforme Termo de Cooperação entre UNIFESSPA e PMNR.

20. CRITÉRIO DE SELEÇÃO:

O ingresso no curso de Especialização em Docência e Gestão em Educação Escolar Indígena será oferecido aos diplomados em qualquer curso de graduação em Licenciatura devidamente credenciado (art. 1º - § 3º da Resolução CNE/CES Nº 01/2007), obedecendo as seguintes etapas:

20.1 INSCRIÇÃO:
No ato da inscrição os/as candidatos/as deverão apresentar os seguintes documentos:
I. Formulário de inscrição devidamente preenchido;
II. Cópia do diploma de Graduação obtido em curso credenciado e respectivo histórico escolar devidamente autenticados (em cartório ou secretaria);
III. Cópias autenticadas (em cartório ou em secretaria) da carteira de identidade, CPF, comprovante de quitação com a justiça eleitoral e, se do sexo masculino, comprovante de alistamento militar.
IV. - Carta de intenção em relação à Especialização Intercultural;
V. Demais exigências serão definidas no edital de seleção.

20.2 SELEÇÃO:
Os candidatos que satisfizerem os requisitos da análise da documentação e, por conseguinte, tiverem a inscrição confirmada, serão submetidos à seleção, que consistirá de FASE ÚNICA com realização de ENTREVISTA cuja nota mínima exigida será 7,0 [sete]) (Eliminatória).

21. SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

As avaliações consistirão em espaços dialógicos que possibilitem a revisão de métodos e objetivos e de utilização de recursos didáticos. Ao final das disciplinas, materiais como cadernos pedagógicos interculturais escritos em Awaete, Português ou bilíngues, relatos de experiências escritos e rodas de conversa deverão compor a memória de cada disciplina.

22. CONTROLE DE FREQÜÊNCIA:

A frequência mínima exigida neste curso será de 75% conforme Regimento Geral da UNIFESSPA. O controle de frequência das atividades curriculares será feito pelos/as docentes, em folha de acompanhamento própria, que deverá ser encaminhada à Coordenação do Colegiado, no encerramento das atividades didáticas de cada componente curricular do curso.

23. TRABALHO DE CONCLUSÃO:

O Trabalho final de conclusão é uma atividade acadêmica obrigatória para obtenção da certificação do discente. Seu objetivo é a reflexão teórica pelos discentes sobre sua formação acadêmica e experiência na docência nas escolas indígenas. O trabalho se realizará sob a supervisão e auxílio do/a orientador(a) e consistirá na produção escrita individual de um memorial acadêmico e profissional dos/as alunos/as e respeitará as experiências pedagógicas vivenciadas nas escolas indígenas pelos estudantes/as. A avaliação do trabalho final se realizará por bancas constituídas de docentes do curso e lideranças Awaete.
Serão ofertadas duas disciplinas para a elaboração e defesa pública do Memorial Acadêmico e profissional: Metodologia Científica (30h) e Seminário de Produção Acadêmica (15h) .

24. CERTIFICAÇÃO:

O curso emitirá o certificado final, o qual será chancelado pela Unifesspa, conforme indicação da forma de controle da documentação nos termos da Resolução nº 01/2007-CNE/CSE). Para obter o Título de Especialista o aluno deverá satisfazer as exigências contidas no Capítulo IV do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu da UNIFESSPA.

25. INDICADORES DE DESEMPENHO:

I. 75% da turma com conceitos entre BOM e EXCELENTE;
II. Aprovação igual ou maior que 70% dos matriculados, com respectivas realizações dos memoriais de formação.

26. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Cristina Macedo. “**Eu acho que os índios não querem mais falar na linguagem por causa do preconceito, não é professora!”:** desafios na

educação escolar intercultural bilíngue entre os Aikewara e Guarani-Mbya no sudeste do Pará. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, 2018, 384p.

BRASIL. **Congresso Nacional.** Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Ministério da Educação. 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases**. Brasília: Congresso Nacional, dezembro, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação,** Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de2001. In: Diário Oficial, ano CXXIX – n º 7 – Brasília DF.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 05/2012-** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: MEC, 2012.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC; SEF, 1998.

CANDAU, Vera Maria. **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. 7Letras, 2009.

CARVALHO, Fábio Almeida; FERNANDES, Maria Luiza; REPETTO Maxim (orgs.). **Projeto Político-Pedagógico da Licenciatura Intercultural.** Núcleo Insikiran. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

FAUSTO, Carlos**. Inimigos fiéis**: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo : Edusp, 2001.

FERNANDES, R. F.. Sobre povos indígenas e diversidade na escola: superando estereótipos. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (Org.). **Amazônias em tempos contemporâneos:** sobre diversidades e adversidades. 1ed. Rio De Janeiro: Mórula, 2017, v. 1, p. 190-211.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. "A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil" In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.). **Antropologia, História e Educação**. São Paulo: Global, 2001: pp.71-111.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. "Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil" In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Formação de Professores Indígenas:** repensando trajetórias. Brasília: MEC/SECAD, 2006: pp.: 39-68.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Vol. 1, MEC/SECAD/LACED/ Museu Nacional, Brasília: 2006. Disponível também em http://www.laced.mn.ufrj.br/trilhas/.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Inventário da legislação indigenista: 1500-1800. IN Cunha, Manuela Carneiro da (org.) **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, pp. 529-566.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, 107-129.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.). A**ntropologia, História e Educação**. São Paulo: Global, 2001: pp.71-111.
SILVA, Claudio Emidio. **Xene ma'e imopinimawa** : a experiência educativa do Programa Parakanã e suas contribuições para a afirmação da cultura, do território e da língua Parakanã. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017.

27. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO: (NÃO SE APLICA)